



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2014, celebrado entre o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo – SETRAB e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, nos termos do Padrão nº 13/2002.

Processo nº. 430.000.807/2013.

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo - SETRAB, doravante denominada Contratante, representada por Georges Michel Sobrinho, na qualidade de Secretário de Estado de Trabalho, com delegação de competência previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, doravante denominado Contratado, CNPJ 60.964.996/0001- 87, com sede na Rua Aurora, 957 – 1º andar – Centro, CEP: 01.209-001 - São Paulo/SP, representado por Clemente Ganz Lúcio, brasileiro, casado, sociólogo, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, na Rua Cardoso de Almeida, nº 1165, apto 113 – CEP: 05.013-001 RG 54.270.960-0 SSP/SP, CPF: 298.827.029-53, na qualidade de PROCURADOR.

Cláusula Segunda – Do Objeto

- 1) Alterar o nome da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, de acordo com o art. 8º, §1º, Inciso II, do Decreto Distrital nº 36.236/2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 01, de 01 de janeiro de 2015, que passa a ter a seguinte redação: SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO – SETRAB”.
- 2) Suprimir a contar do mês de maio/2015 o numero de residências visitadas mensalmente pelas equipes de campo de pesquisa de 2.912 (dois mil novecentos e doze) para 2.543 (duas mil quinhentos e quarenta e três). O valor do contrato que era de R\$ 915.846,62 (novecentos e quinze mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos) anual, passa a ser de R\$ 832.605,90 (oitocentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinco reais e noventa centavos) anual, conforme consta (fls. 1359/1361).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO

3) Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com base no inciso II, art. 57, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Terceira – Da Dotação Orçamentária

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I – Unidade Orçamentária: 250101
- II – Programa de Trabalho: 11.333.6214.4102.0004
- III – Natureza da Despesa: 33.90.39
- IV – Fonte de Recursos: 132-007-228
- V – Nota de Empenho: 2015NE00384

Cláusula Quarta – Do prazo de vigência

O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura.

Cláusula Quinta – Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

Cláusula Sexta – Da Publicação e do Registro

A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Cláusula Sétima – Das Disposições Finais

Fica vedado a pessoa jurídica de contratar com o Governo do Distrito Federal, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contratos de prestação de serviço terceirizado, contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens e convênios e os instrumentos equivalentes. (Decreto nº 32.751/2011, de 04/02/2011, publicado no DODF de 07/02/2011 p 01).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO

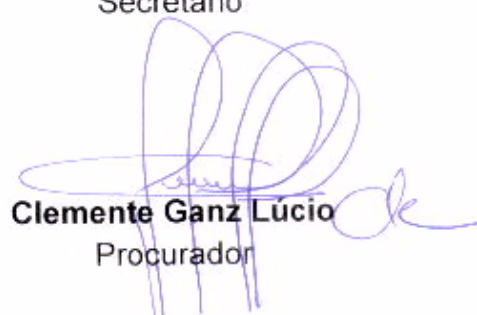
Havendo irregularidades neste instrumento entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

Brasília/DF, 22 de agosto de 2015.

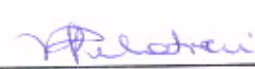
Pelo Distrito Federal:


Georges Michel Sobrinho
Secretário

Pela Contratada:


Clemente Ganz Lúcio
Procurador

Testemunhas:

1. 
Nome: Patrícia T. Relatou
CPF nº.: 068.601.018/30

2. _____
Nome: _____
CPF nº.: _____